



A semiótica hoje: avanços e perspectivas^{*}

Jacques Fontanille (Université de Limoges)^{*}

Resumo: A pesquisa, de modo geral, deixou de pertencer apenas ao domínio de pesquisadores profissionais, na medida em que, atualmente, é uma das grandes funções das sociedades globalizadas, participando, conseqüentemente, dos modos de construção de identidades que essas sociedades propõem. Se a semiótica quer reconhecer-se ainda como disciplina de vocação científica, não pode escapar desse movimento global. Ao propor um corpo de conceitos e de métodos para questionar as práticas, os textos, os objetos, as interações sociais, as formas de vida e os modos de existência coletivos e da coletividade, a semiótica tem condições de construir esses sentidos, especialmente se trabalhar em colaboração com as outras ciências humanas e sociais que contribuem para edificar, cada uma de seu próprio ponto de vista, essa arquitetura das significações humanas. Neste artigo, tendo em vista esse cenário, buscaremos apontar quais são alguns dos desafios, dos avanços e das perspectivas da semiótica para o mundo de hoje. Ainda que não esgotemos as possibilidades de um projeto integral no âmbito da semiótica, acreditamos que pudemos escolher alguns exemplos que ocupam lugar de destaque nas preocupações atuais de nossa sociedade e que são objetos de uma demanda social e política mais urgente. Esperamos, portanto, que nossa reflexão seja suficiente para chamar a atenção de outros pesquisadores para os desafios sociais do século XXI, o que, ao nosso ver, deve ser uma das “vocações” da semiótica.

Palavras-chave: semiótica; formas de vida; ciência; sociedade.

Introdução

Antes de seguirmos com o texto em terceira pessoa, passo a um breve preâmbulo em primeira pessoa: as propostas a seguir podem parecer, para alguns, surpreendentes, na medida em que partem de um semioticista, eu mesmo, que sempre pareceu estar confortavelmente imerso, e por mais de duas décadas (!), nas profundezas do afeto e das paixões, nos “formalismos” da tensividade.

No entanto, durante todos esses anos, exerci, paralelamente, outras profissões para além da de semioticista ou, mais precisamente, outras *funções*, nas quais um semioticista poderia muito bem pôr em prática, de outras maneiras, a sua semiótica: atuei na gestão acadêmica, na política (e com políticos), e, por fim, em intensas trocas com aqueles que pertencem ao que se poderia chamar de alto escalão do Estado.

Tenho me esforçado para tirar algumas consequências desse meu percurso, agora encerrado, refletindo, especialmente, sobre aquilo a que jamais renunciei: a preocupação com o futuro da semiótica como projeto científico. Nesse período, ao mesmo tempo em que me esforçava para participar dos avanços da semiótica enquanto programa de pesquisa, eu assistia – e participava da

– à evolução dos modos de se fazer pesquisa. Para o bem ou para mal, as condições de pesquisa, e mesmo as condições de existência das disciplinas de pesquisa, mudaram profundamente nas últimas décadas.

A pesquisa não é mais a única área de atuação para pesquisadores profissionais, sendo uma das principais funções das sociedades globalizadas. A pesquisa também se relaciona atualmente com os modos de identificação que essas sociedades nos oferecem, seja para nos atrair ou nos repelir, seja para nos preocupar ou nos tranquilizar. Essa sua função é de alguma forma uma condição para a existência futura das disciplinas de pesquisa. Nesse sentido, não me parece mais possível distinguir hoje a “pesquisa aplicada”, que seria feita para servir a um propósito, e de preferência a todo o mundo, da “pesquisa fundamental ou básica”, “não aplicada”, que serviria apenas aos interesses do Conhecimento e de Comunidades científicas.

As expectativas sociais (positivas e negativas) são provavelmente mais altas hoje em dia em relação à chamada “pesquisa básica”, não por conta de seu potencial de aplicação imediata, mas por conta de sua capacidade de transformar a médio e longo prazos a nossa relação com nós mesmos, com a sociedade, com a vida e com a natureza. A

^{*} DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2016.127608>

^{*} Tradução de Matheus Nogueira Schwartzmann (UNESP), professor do Departamento de Linguística da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, câmpus de Assis (SP) e do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Unesp, câmpus de Araraquara (SP).

^{*} É membro sênior do Instituto Universitário da França e fundador do Centro de Pesquisas Semióticas da Universidade de Limoges, da qual é professor emérito. Publicou duas centenas de artigos e dezenas de obras que foram traduzidas para diversas línguas. Foi reitor da Universidade de Limoges (2005-2012) e chefe de gabinete do Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa da França (2013/2014). Endereço de e-mail: jacques.fontanille@unilim.fr

diferenciação mais significativa, hoje, não deve ser feita, portanto, entre “pesquisa básica” e “pesquisa aplicada” (que descreve, de fato, mais a divisão do trabalho de pesquisa de pesquisadores profissionais do que uma diferença de implicação social), mas entre a pesquisa “consistente” e pesquisa “inconsistente”.

1 Desafios para a semiótica e para as “ciências do sentido”

1.1 As ciências sociais desafiadas

A maior parte das grandes questões do nosso tempo implica uma abordagem inicial a partir das Ciências Humanas e Sociais, em abordagens que considerem a sua contribuição central: pensar o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, os direitos do homem e das populações, a saúde, o acesso à energia, à água, à informação e à educação, a inovação por meio de novos hábitos, etc.

Nesse cenário, as ciências do sentido se interessaram, de todas as formas possíveis, pelas escolhas e pelas transformações envolvidas em cada uma dessas temáticas: seja (1) pelo modo como as decisões são tomadas, tendo em vista os pressupostos socioculturais e as políticas que os determinam; seja (2) pelas consequências da integração dessas transformações na sociedade e do próprio equilíbrio de nossas axiologias e crenças, especialmente na identificação social. Ou seja, ao questionarem o processo de tomada de decisão, os sistemas de governança, bem como as implicações sociais, culturais e antropológicas das mudanças atuais e futuras, as ciências do sentido estão desempenhando plenamente o seu papel.

1.2 Escolher o plano de imanência apropriado

A semiótica fornece um conjunto de conceitos e métodos para examinar, em primeiro lugar, práticas, textos, objetos, interações sociais, formas de vida e os modos de existência coletivos e das coletividades, sendo capaz de construir o seu sentido, colaborando com todas as ciências sociais que constroem, cada uma sob uma perspectiva própria, essa arquitetura dos sentidos humanos: história, filosofia, psicologia, antropologia, economia e sociologia. A semiótica é capaz de colaborar com essas ciências, desde que seja capaz de escolher os planos de imanência e de análise apropriados. Trata-se, portanto, de se observar sob quais formas e com quais efeitos semióticos as escolhas tecnológicas, econômicas e culturais influem na transformação de nossas sociedades, bem como nas transformações dos “regimes de crença” (Fontanille,

2015) e de identificação que são propostos globalmente e oferecidos a todos nós.

Consequentemente, o nível de pertinência mais adequado da análise semiótica acaba por ultrapassar o nível de análise dos objetos mais corriqueiros e dos métodos mais utilizados: textos e imagens, em particular. Esse nível ideal será, no mínimo, o das práticas e interações sociais e, se possível, o nível das formas de vida e dos modos sociais de existência, isto é, em suma, aqueles da existência e da experiência humana em geral. Tais níveis incluem naturalmente objetos que pertencem a todos os outros níveis: textos, sinais, objetos, materiais, meios de comunicação, produções culturais em geral. Todo o aparato teórico e metodológico da semiótica deve ser, portanto, mobilizado.

Todas essas questões dizem respeito, principalmente, às sociedades, cada uma considerada como um todo significativo. Nesse nível de generalidade, antropólogos e semioticistas podem concordar facilmente com o fato de que uma sociedade é definida, de um lado, pela forma como cria a fronteira entre “si mesmo” e “outrem” e, de outro lado, pelos modos de identificação que essa sociedade oferece a todos os membros do “si mesmo”.

As formas de vida são constituintes da semiosfera como “semióticas-objeto” devidamente constituídas com um plano da expressão e um plano do conteúdo. As formas de vida são o último nível de integração de todas as outras semioses e semióticas-objeto; elas incorporam, sem reduzi-los, sinais, textos, objetos, práticas e estratégias (Fontanille, 2008); elas carregam os valores e os princípios norteadores que organizam todos os outros planos de imanência; elas se manifestam por atitudes e expressões simbólicas, influenciam nossos sentimentos, nossas posições de enunciação e nossa escolha axiológica. Elas são, de fato, os constituintes imediatos da semiosfera porque elas representam, dentro de uma determinada sociedade, diferentes formas de se identificar com o “si mesmo” e, portanto, de experimentar valores.

Desse modo, do ponto de vista do plano da expressão, cada forma de vida está caracterizada por seu arranjo sintagmático, por sua própria forma de afirmar a continuidade de uma trajetória de vida (um curso de existência), em suma, caracterizada por seus modos de *persistência*. Do ponto de vista do plano do conteúdo, cada forma de vida é definida pela congruência que impõe a todas as escolhas figurativas, modais, narrativas e passionais, ou seja, ela é definida por suas seleções congruentes.

Tendo isso em vista, o nível de análise em que devemos nos situar seria aquele: (1) dos grandes sistemas de identificação de características das sociedades, características dos tipos de “semiosferas” (Lotman, 1999), sendo essa a

instância das “condições sociais gerais da semiose” (Descola, 2005); (2) das formas de vida, cuja determinação principal é sua constituição em um plano de expressão e um plano do conteúdo; e (3) dos “estilos de vida” (Landowski, 1997), que são papéis sociais para atores e grupos de atores. Vale, portanto, ressaltar que, desse ponto de vista, as formas de vida não pertencem a ninguém, propriamente: são “linguagens” que podem ser usadas por todos os membros de uma sociedade, diferentemente dos estilos de vida, que resultam de uma apropriação durável, a partir do momento em que esses usos aspiram a uma identidade perene.

2 Duas questões transversais

Ao pensarmos as perspectivas para uma teoria semiótica hoje, duas questões transversais se colocam diante de nós: (1) capacidade das ciências humanas e sociais e, portanto, da semiótica em particular, de dar conta dos aspectos qualitativos da existência humana e (2) a compreensão dos processos sociais de processamento de informação, de formação de opiniões e de controle e acompanhamento de decisões.

2.1 A qualificação da existência

Os desafios que enfrentamos convocam abordagens e avaliações qualitativas. As mudanças e inovações das quais devemos tratar implicam, minimamente, a *compreensão*, e até mesmo a *adesão* ou participação plena dos cidadãos, e, mais amplamente, a *percepção* das situações diante das quais eles mesmos podem demonstrar sua *confiança* ou diante das quais podem expressar sua *desconfiança* na mudança, assim como suas expectativas quanto aos requisitos para o desempenho de seus projetos de vida, sejam eles explícitos ou implícitos.

Diante dos indicadores quantificáveis (aqueles usados para o cálculo do PIB, por exemplo), as ciências do sentido são capazes de descrever e avaliar o impacto das transformações vividas previstas ou em curso. Qualquer alteração (urbana, tecnológica, política, etc.) envolve a confiança das pessoas afetadas, a sua capacidade de se adaptar ou de resistir, e muitos estados emocionais associados. Por exemplo, um dos desafios do século XXI, o desafio alimentar, antes de ser reduzido à obrigação de se assegurar a todos uma dieta energética satisfatória, segundo dosagens de nutrientes favoráveis à saúde, deve ser abordado levando-se em conta a possibilidade de experiências hedonistas e de identidades que estão ligadas à alimentação e à sua partilha. As práticas alimentares carregam e transmitem valores e proibições, prazeres e desprazeres, rituais e hábitos, gostos e desgostos que inscrevem cada um de nós

em tradições, afiliações identitárias e universos de crenças.

O desafio científico do qual tratamos aqui envolve desafios metodológicos inovadores: o referencial que temos que construir é, em grande parte, subjetivo e está naturalmente destinado a surgir, não apenas da observação externa, mas também do diálogo democrático e da determinação coletiva de objetivos sociais. Não podemos descrever a existência sem apelar para os próprios existentes, exceto para excluir, paradoxalmente, o “si mesmo” da existência.

A abordagem semiótica, especialmente aquela de inspiração estrutural e gerativa, tem os conceitos e procedimentos para compreender as estratégias fiduciárias e a organização sintagmática da emoção: ela ainda espera por ser colocada em um nível ideal de análise, à altura dos problemas dos quais deve tratar, como a qualidade de vida de populações inteiras. Tal problema pressupõe que nos coloquemos, no final das contas, justamente no nível das formas de vida, para identificar os indicadores pertinentes, aqueles que determinam a formação de sistemas axiológicos, a adoção de crenças, as alterações na confiança, e as formas específicas da vida emocional.

2.2 Manipulação: comportamentos, opiniões, decisões

A segunda questão transversal refere-se aos processos que determinam o comportamento e suas alterações, nos níveis individuais e coletivos. As informações recebidas sobre a nocividade de uma prática corporal, de um hábito alimentar ou de qualquer vício, não se traduzem necessariamente por uma mudança de comportamento. A comunicação de massa emite uma informação e, mesmo que essa informação seja recebida, há sempre uma parte que não é tratada no sentido desejado, espécie de “ponto cego” a que alguns chamariam de irracional.

De algum modo, trata-se de um novo capítulo da semiótica da manipulação e da persuasão: como *fazer crer*, como *fazer aderir*, como *fazer fazer*? Como, portanto, convencer uma dada população a alterar a sua ação e o seu modo de existência? A questão que se coloca aqui não é descrever a estrutura da manipulação, mas, mais propriamente conceber, criticar e desenvolver uma *estratégia de manipulação*. No entanto, entendemos prontamente que a possibilidade de “transformar os papéis modais”, nesse contexto, está longe de ser operacional.

Há, naturalmente, casos em que a informação pertinente existe mas não está disponível (ou está *desabilitada*) no momento e na forma em que poderia ser mobilizada. A evolução das campanhas de segurança na estrada é muito representativa

quanto a isso. Em um primeiro momento, essas propagandas, nos últimos anos, passaram a mostrar os eventos traumáticos, os acidentes e suas consequências imediatas; em um segundo momento, as campanhas colocaram em cena, mais recentemente, a felicidade ou o bem-estar que o acidente colocaria em risco se isso acontecesse. Nos dois exemplos, tenta-se dar à informação sobre os riscos da direção perigosa o maior peso possível, associando-a a um afeto suficientemente forte para que essa informação seja mobilizada durante a prática cotidiana de dirigir.

Mas é necessário, então, para que se possa esperar alguma eficiência estratégica de propagandas dessa natureza, escolher um tipo de cena que seja, de alguma maneira, associado natural ou automaticamente a essa prática, e que seja mobilizado quase continuamente durante toda a prática, sem perturbar a sua realização, o seu curso, e, mais, sem comprometer os afetos e os valores que ela comporta no cotidiano. É provável que os criadores dessas campanhas já tenham percebido que é particularmente difícil de suportar ou perverso demais – e até mesmo desencorajador – dirigir pensando durante todo o tempo em imagens de carros esmagados e corpos retalhados. Os publicitários acabaram deduzindo, portanto, que é mais previsível que o fluxo de pensamentos e de livres associações do motorista leve-o espontaneamente a pensar em cenas mais neutras e/ou mais gratificantes, e, por isso, em todos os casos, mais compatíveis com o ato de dirigir.

Entende-se, nesse caso, qual deve ser a natureza da intervenção semiótica: especificar e mostrar de que modo tornar uma informação mobilizável em relação a uma prática e a uma forma de vida, e, para começar, propor uma descrição dessa prática e dessa forma de vida.

Há também casos em que a informação é recebida e integrada ao pensamento dos atores no próprio momento em que os seus comportamentos mostram claramente, no entanto, que ela não surtiu efeito. Isso é claramente um caso de tensão entre dois tipos de pressões contraditórias e concorrentes: a concorrência entre diferentes práticas, uma interferindo na outra. Esse é, pois, um princípio de análise semiótica, quase uma “lei” da operação sintagmática de todas as expressões semióticas.

Toda prática prescreve interferências com outros cursos práticos que pressionam para vencer e suspender o curso de uma primeira. Essa observação pode ser estendida para as formas de vida: cada peripécia ou contratempo no curso de uma vida é, por isso mesmo, uma ocasião para uma suspensão ou para uma bifurcação. Nesse sentido, a informação recebida e integrada propõe uma prática ou uma forma de vida alternativas. O fato de a informação ser mobilizada significa que um curso

de existência alternativo foi proposto e está disponível, ainda que o indivíduo ou o grupo tenha escolhido outro. A questão que então se coloca é a da “concorrência” entre os diferentes cursos de existência, de seus respectivos pesos axiológicos e passionais, de seus respectivos sistemas de crença e veridicção. Isso ajuda a explicar por que um dos cursos de existência se impõe aos outros, e essa explicação é de natureza semiótica.

3 Algumas temáticas contemporâneas

A maioria das políticas públicas contemporâneas apresenta as mesmas perspectivas e os mesmos problemas: saúde e bem-estar, alimentação e agricultura sustentável, energia, transportes, as alterações climáticas, integração e inovação sociais, e segurança. A título de exemplificação, dedicaremos nossa atenção a apenas alguns aspectos desses desafios.

3.1 O desafio “saúde e bem-estar”

3.1.1 O envelhecimento da população: perspectivas semióticas

Uma das dimensões da saúde e do bem-estar no futuro de nossas sociedades, particularmente na Europa, está relacionada ao progressivo envelhecimento de suas populações. Por exemplo, prevê-se que na França a proporção entre a população com mais de 65 anos (supostamente economicamente inativa) e a população ativa vai passar dos 38%, em 2000, para mais de 60%, em 2050. Trata-se, portanto, de uma transformação profunda da nossa vida social, e, provavelmente, dos nossos sistemas de valores e das nossas formas de vida.

As formas de vida são principalmente caracterizadas, como dissemos, por sua capacidade de persistência e resistência a riscos e rupturas trazidas pelo princípio oposto, o da contra-persistência. Uma das principais fontes de ruptura na maioria das sociedades é sua organização em gerações sucessivas. Para que as formas de vida e os modos de existência persistam de uma geração para outra, as práticas sociais e culturais, os conhecimentos e técnicas, os valores e normas devem ser transmitidos.

Nesse sentido, o envelhecimento da população, que tira de circulação uma grande parte da população, é um desafio para o processo de transmissão: a nova geração é minoritária, e pouco se apropria do que lhe é transmitido; a geração que sai de cena morre cada vez mais tarde e coabita mais extensivamente com a anterior. Podemos então compreender que é urgente entender os processos de transmissão como também entender quais são as alternativas e as perspectivas de

transmissão em uma sociedade em processo de envelhecimento.

Mais concretamente, é difícil imaginar que uma sociedade em que as pessoas com mais de 65 anos se tornaram maioria não tenha mais nada a oferecer além das formas de vida e dos modos de existência dominantes concebidos pela população economicamente ativa. Inevitavelmente, as formas de vida dos chamados “inativos” vão se diversificar e se impor. Hoje, o significado de cada uma das fases da vida é organizado principalmente em torno da maturidade social e econômica. Na organização social do futuro, deve haver uma reformulação profunda do significado dos estágios de vida e uma ponderação relativa das formas de vida específicas para cada idade.

A semiótica tem abordado, recentemente, essas questões, focando-se, no entanto, mais particularmente nas sociedades atuais, tratando, especialmente, da juventude e da maturidade (Darault; Fontanille, 2008). No entanto, a pesquisa não está esgotada. Observamos, por exemplo, o surgimento de novas formas de coabitação (como espécies de condomínios autogerenciáveis) que crescem no Norte da Europa, e que são projetados para atender às necessidades e expectativas específicas dos mais velhos, mas em que também moram indivíduos e famílias de diversas gerações. A atenção de sociólogos, urbanistas, arquitetos, ergonomistas e advogados já foi mobilizada. Essas novas formas de organização da vida social deveriam também despertar a atenção dos semioticistas.

3.1.2 A proliferação, a expansão e a invenção dos vícios

Os vícios contemporâneos evoluem e tomam novas formas: para além das substâncias chamadas de “ilícitas”, cuja expansão econômica e social global já é conhecida, há também novas formas de consumo de álcool por jovens, que são os sintomas de uma mudança nas suas formas de vida. Além disso, há também os comportamentos aditivos em contexto profissional e, especialmente, um desenvolvimento considerável de vícios “sem substância”, como os vícios por videogames, por redes sociais, etc.

Os vícios propriamente ditos relacionam-se à primeira questão transversal evocada anteriormente: a nocividade é conhecida, há um esforço em divulgar isso, mas essa informação não ajuda a mudar o comportamento. No entanto, no interior dessa questão mais ampla, surge hoje uma outra dimensão em relação aos vícios: novos vícios nascem, que não eram anteriormente assim identificados, e esse processo parece interminável, porque é percebido como exterior aos indivíduos,

fruto de uma demanda social, seja do trabalho ou do lazer.

A maioria desses novos vícios respondem de fato a dispositivos desenvolvidos por instituições (sociedades, redes, etc.), cujo modelo econômico e social se baseia precisamente na mobilização quase permanente do maior número possível de indivíduos. Além disso, eles têm o apoio dos meios de comunicação de massa, sempre disponíveis, e, na sua origem, um processo de inovação impulsionado pelo modelo econômico e social que move infinitamente o campo do vício. Como informar eficazmente sobre vícios que não são reconhecidos como tais, que ainda não existem, que substituem uns aos outros, e que são gerados por um processo global que não conhece seus próprios limites? Os vícios interessam à semiótica das paixões e das práticas, mas as novas práticas viciantes fazem parte de uma forma de vida que ainda precisa ser elucidada.

Todos os vícios, em todos os tempos, em todas as sociedades, suscitaram suas próprias formas de vida: o ritual hedonista e elitista do consumo de chocolate na nobreza e no clero no período pré-clássico em Paris, o romantismo decadente e exótico do consumo de ópio na época da colonização do Sudeste Asiático; a errância libertária dos hippies que fumavam maconha, etc. Da mesma maneira, pode-se supor que os vícios de hoje e de amanhã vão procurar um sentido coletivo, axiológico e identitário nas formas de vida que ainda estão para ser descobertas. Os discursos de políticos e os meios de comunicação apresentam alternativas: a liberação, a descriminalização, a socialização, entre outros. Tudo isso merece uma análise sistemática, paciente, metódica: o sentido dos vícios contemporâneos espera para ser inventado.

3.2 O Desafio “energia, recursos e meio ambiente”

No MIT, um grande programa multidisciplinar (*Energy Initiative*, MITEI) foi implementado para entender quais são os parâmetros e as motivações que influenciam o consumo individual e coletivo de energia. Essa pesquisa mobiliza a história ambiental, a economia, a gestão, a sociologia, etc. Mas não ainda a semiótica.

No domínio da energia, em particular, a pesquisa e a implementação gradual de novas fontes e novos processos para produção de energia renovável conduzem inevitavelmente a uma dispersão dos locais de produção, ao passo que a energia não renovável é produzida em grandes unidades industriais, como as usinas hidrelétrica, térmica e nuclear. No mesmo movimento, os novos processos de produção de energia aproximam os locais de produção dos atores e dos grupos sociais,

permitindo que cada empresa, cada bairro, cada família, cada habitante possa dar sua contribuição.

A transição de um modelo altamente centralizado para um modelo distribuído e localizado (como os sistemas eólico e solar, o da biomassa, das bombas de calor, etc.) é mais do que uma mudança de tecnologia: ela cria um novo modo de socialização e semiotização da energia, de sua produção e de seu consumo. Associações de ribeirinhos tentam regulamentar a instalação de micro-usinas em rios; associações de bairro discutem a distribuição de equipamentos de captação de energia solar; famílias estudam diversas soluções para produzir a sua própria energia.

Tal perspectiva já inspira pesquisas sobre gerenciamento automatizado de informações nessas redes de produção e de consumo dispersas, complexas e heterogêneas. Essas pesquisas só se interessam, por ora, pela tecnologia da informação e da comunicação (em sua versão de “ciências duras”). No entanto, poderia despertar o interesse das ciências da comunicação e da significação (em sua versão de “ciências humanas”). Quanto à semiótica, muito poderia ainda ser feito, especialmente do ponto de vista teórico-metodológico, permitindo, assim, que se sua teoria dos actantes coletivos fosse depurada, e, em seguida, que se promovesse a elaboração de modelos de disseminação da oferta e da procura, de disseminação do valor e da circulação de objetos de valor, por exemplo. Os desafios sociais são, obviamente, desafios científicos de alto nível.

De forma mais geral, a dimensão semiótica das questões relacionadas ao acesso aos recursos básicos, à gestão do meio ambiente e à governança social de futuras energias já está presente, e estará disponível no futuro, na forma de grandes massas de dados verbais, icônicos, e de interações sociais. Os acordos, as negociações, as decisões coletivas produzem sistematicamente documentos de trabalho, registros, atas de reuniões, deliberações, declarações na mídia e numerosas e diversas retomadas em artigos de imprensa e programas de rádio e de televisão. Alimentam blogs e trocas em redes sociais. O material é mais do que abundante – e espera por seus analistas.

Além disso, os desafios relacionados à energia e ao ambiente, e às alterações climáticas têm um alcance temporal que interroga a semiótica e nos leva a rever profundamente nossa concepção de responsabilidade para as consequências da ação. Pela primeira vez na história da humanidade, a responsabilidade coletiva é pensada em relação a populações que não são conhecidas, que nem mesmo existem ainda, e cujos modos de vida, de crenças e de conhecimentos são ignorados. Além disso, a responsabilidade coletiva se generalizou, e já não depende mais estritamente da capacidade de

atribuir uma consequência a uma ação, e, por sua vez, uma ação a um ator. Para ser responsável, nesse sentido, basta existir no momento em que o problema surgir.

Essa nova perspectiva levanta problemas sem precedentes para os quais ainda não há uma solução aparente: todas as agências nacionais de resíduos radioativos buscam há anos maneiras para se indicar e demarcar os aterros, informando seu conteúdo, a depender da natureza dos seus resíduos, para futuras populações que viverão daqui a milhares ou dezenas de milhares de anos. Mas que populações? Com que língua? Com que tecnologias? Com que organização social? Com que formas da vida? Na ausência de respostas plausíveis para essas perguntas, as agências em questão estão procurando linguistas e semioticistas, pedindo-lhes para: (1) levantar a questão em todas as suas dimensões e; (2) propor soluções de comunicação e transmissão suficientemente robustas e universais para que sejam eficientes independentemente das populações em causa. O desafio foi lançado e, por diversas vezes, foi retomado, mas nenhuma solução satisfatória foi adotada¹.

Nós também poderíamos mencionar os regimes temporais de longo prazo. A semiótica se interessou especialmente pela diversidade de regimes semióticos do tempo, e soube mostrar que esses regimes continham em si sistemas de valores, esquemas de ação e percursos passionais, que, bem resumidamente, poderiam sustentar verdadeiras formas de vida (Bertrand; Fontanille, 2006). A abordagem semiótica dos regimes temporais se estabeleceu, até então, segundo o seguinte raciocínio: a semiose temporal (incluindo a possibilidade de exprimir temporalmente axiologias) implica sistematicamente dois pontos de vista sobre o tempo: o tempo da existência e o tempo da experiência. Reunidos como um plano de expressão e um plano de conteúdo, o tempo da existência e o tempo da experiência geram um terceiro tempo, uma forma semiótica desdobrável em múltiplos regimes de tempo: o tempo social e o tempo estritamente semiótico.

Podemos ver como o tempo longo ou muito longo desafia essa construção semiótica: a duração muito

¹ Nos anos 1980, Thomas Sebeok, de um lado e Paolo Fabbri e Françoise Bastide, de outro, promoveram e conduziram pesquisas sobre essa temática. Thomas Sebeok propunha à época implantar a informação no genoma de espécies animais que tinham como território natural, já há muito tempo, os lugares que podiam se tornar aterros. Essa solução engenhosa, mas cuja robustez, em uma longa escala de tempo, não trazia garantias, não foi, evidentemente, aceita. Atualmente, o Centro de Pesquisas Semióticas (CeReS - Centre de Recherches Sémiotiques) de Limoges conduz o mesmo tipo de pesquisa, em parceria com a Agência Nacional para a gestão de Dejetos Radioativos (ANDRA - Agence Nationale pour la gestion des Déchets Radioactifs). O programa está ligado a um conjunto de programas e de equipes que, em diversos países, conduzem pesquisas de mesma natureza em suas agências nacionais.

longa ultrapassa as possibilidades da experiência que nós somos capazes de realizar ou imaginar, e o tempo da existência deve ser relacionado à experiência dos outros. Mas esses outros são absolutamente imprevisíveis e desconhecidos. O regime temporal que está por ser construído é totalmente novo, a semiose que está por vir não irá produzir um “tempo social” (que laços sociais poderíamos ter com essas populações e civilizações futuras das quais nada sabemos?), mas, ainda assim, produzirá um tempo semiótico.

3.3 O desafio das “sociedades inovadoras, integradoras e adaptáveis”

O tipo de sociedade do qual decorrem as sociedades europeias caracteriza-se principalmente pela sua capacidade de atrair investimentos e talentos, e buscar a melhor posição possível na competição econômica global. Os dois princípios que as animam, a atratividade e a competitividade, levam essas sociedades, de um lado, a padronizar seus meios de subsistência e, de outro, a fazer da mudança voluntarista a principal base da sua persistência. Nesse movimento, elas envolvem a própria natureza, cuja unidade e permanência são, portanto, cada vez menos garantidas.

Sociedades desse tipo são incitadas a aumentar a sua capacidade de inovar, de uma forma que não é apenas tecnológica, mas que diz respeito a todos os componentes dos modos de existência: normas, serviços, produções culturais, instituições, modos de organização e de governança. Essas sociedades, portanto, precisam se organizar para se adaptarem de maneira eficaz às mudanças rápidas e globais que elas mesmas buscam.

Porém, para persistirem como sociedades, devem garantir que o ritmo de mudança seja globalmente o mesmo para todos os componentes: elas devem garantir a integração dos vários componentes sociais, promovendo uma coesão social e cultural. Persistência, inovação, adaptação e integração: a cadeia causal é, ela própria, um problema com o qual se deve lidar. Seria necessário inovar para persistir, seria necessário se adaptar para inovar, e seria necessário se integrar para se adaptar. Isso tudo é mesmo necessário?

Essa cadeia causal é certamente aquela da doxa sociopolítica. Ela deve, pelo menos, ser localizada entre todas as outras possíveis: entre outras formas de persistência social, entre outras formas de inovação, etc. A primeira tarefa da semiótica seria, então, reconstruir as posições disponíveis em cada etapa dessa cadeia que foi proposta como uma prescrição, e desdobrá-las como formas e estilos de vida, explicitando seus fundamentos axiológicos e seus efeitos passionais.

Esse desafio social afeta diretamente as formas de vida contemporâneas e os “modos de existência”

sociais (Latour, 2012) na Europa e no mundo. Ele diz respeito à sua tipologia, aos regimes de crença e de identificação que o sustentam.

3.4 Patrimônio cultural

A divulgação, a apropriação e o estudo do patrimônio cultural (patrimônio textual, mas também iconográfico, musical, cinematográfico, teatral, etc.) é susceptível de aumentar a integração social. Que seja para integrar ou para qualquer outra razão, esse patrimônio é um bem comum do qual nossas formas de vida só podem se alimentar se for atualizado, ativado e incorporado à vida coletiva.

O desenvolvimento das humanidades digitais (o estudo de textos, línguas e artes) altera profundamente as condições de conservação, exploração, divulgação e promoção do patrimônio cultural. Trata-se de algo que vai muito além de simples dispositivos de digitalização desse patrimônio, na medida em que, as obras assim bem preservadas, juntamente com metadados que incorporam o contexto histórico e social de sua produção, dão uma nova dimensão para as atividades intelectuais e para os estados emocionais, cujo patrimônio cultural pode ser o *suporte*. Os procedimentos de digitalização levam em conta, especialmente, a reconstrução de ambientes e práticas, por meio de simulação e implementação da chamada “realidade aumentada”.

Nesse sentido, esses novos meios tecnológicos são um desafio científico real para a semiótica, que antes pouco se envolvia no tratamento de grandes massas de dados multimodais. Além disso, na época em que o estruturalismo era dominante, a análise semiótica contribuiu para valorizar produções artísticas até então consideradas marginais, como os quadrinhos, ou mesmo, em alguns aspectos, o cinema e a televisão, que assim ganharam alguma legitimidade cultural. Desde então, a contribuição da semiótica para a valorização do patrimônio cultural progrediu pouco, em favor de abordagens puramente descritivas, que tinham como objetivo, principalmente, valorizar o instrumental teórico e não o objeto analisado. Temos uma oportunidade para renovar a contribuição da semiótica, propondo, a partir de agora, uma reconstituição das práticas e formas de vida associadas a esse patrimônio.

O patrimônio cultural (monumentos, paisagens, etc.) é também uma importante fonte de turismo, cuja evolução atual vai na direção de uma imersão social e cultural e do compartilhamento de “estilos de vida” das populações que recebem os visitantes. A semiótica pode enfrentar esse desafio, já que pode, atualmente, caracterizar os conjuntos significantes coerentes e congruentes que são as práticas sociais, as paisagens e as formas de vida.

3.5 Segurança

A pesquisa sobre a segurança pública está restrita, ainda hoje, a (1) empresas e instituições cujo negócio é a segurança, e a (2) uma abordagem logística e tecnológica, certamente porque está focada em um tipo de caso que tem grandes repercussões psicológicas e políticas, como a violação intencional da integridade física das pessoas ou de seus bens.

A segurança dos cidadãos e da sociedade como um todo é organizada por uma engenharia institucional, que está diretamente envolvida em um ou mais modos de existência social que são responsáveis pela persistência de um modelo social e um Estado de Direito. E o próprio sentimento de segurança depende, primeiramente, de sistemas de valor: a definição do que é considerado digno de proteção resulta de avaliações sociais que fazem parte de paradigmas socialmente localizados, tais como estilos de vida, ou mais amplos e transversais, como as formas de vida.

Tudo isso contribui para a proteção daquilo que merece ser protegido e para estabelecer a confiança dos cidadãos, mas o sentimento de insegurança e as falhas objetivas da segurança pública revelam: (1) um enfraquecimento dos modos de existência que carregam esses dispositivos; (2) um enfraquecimento da confiança individual e coletiva em sua eficácia; (3) e/ou uma discordância ou incompreensão dos sistemas de valores subjacentes, sobre o que vale a pena a ser protegido.

Ganha-se ou se perde confiança de acordo com o reconhecimento dos dispositivos implementados, com a coerência das sequências narrativas, com a congruência entre as causas supostas para a insegurança e as soluções implementadas, com a congruência entre os valores a serem protegidos e as situações figurativas concretas que são efetivamente protegidas. Ganha-se ou se perde confiança também em função da consistência ou da inconsistência dos modos de existência social que são, ao mesmo tempo, o inventário da identificação e da compreensão de situações de insegurança e da engenharia social e institucional que deve preveni-las e tratá-las.

Além disso, a confiança na segurança muitas vezes se deteriora fortemente como resultado de acontecimentos específicos, de grande repercussão. Eventos excepcionais, e espetaculares como os ataques terroristas, têm uma influência imediata e desproporcional na formação da opinião sobre a segurança pública, em detrimento de eventos comuns, e irrelevantes, tais como acidentes rodoviários. Após os ataques de 11 de setembro, uma pesquisa mostrou que os cidadãos norte-

americanos estimavam uma probabilidade de vinte por cento de serem eles próprios vítimas de um ataque terrorista no ano seguinte, o que, se observamos a escala do país, resultaria em uma estimativa total de cinquenta e cinco milhões de potenciais vítimas de terrorismo. A confiança também é baseada nessas avaliações de probabilidade: na área de segurança, o “verossímil” e o “plausível” nem sempre se casam com o “provável” e o “possível”.

4 Conclusão

Os poucos tópicos aqui esboçados não esgotam o projeto global que motiva a contribuição da semiótica. Esses são apenas alguns exemplos mais notáveis, que agora ocupam um espaço de destaque, e que são objetos de uma demanda social e política mais urgente. No entanto, espera-se que esses exemplos sejam suficientes para convencer outros pesquisadores de que encontrar uma resposta para os desafios sociais do século XXI é uma das “vocações” da semiótica. Esse é um verdadeiro desafio científico que permanece, de forma geral, ainda inédito. Quanto a isso, em especial, a reflexão semiótica demonstra sua relevância a partir dos próprios métodos e inquietações que são as suas hoje.

São, portanto, grandes desafios sociais que enfrentam diversos problemas científicos, uma vez que, em sua maioria, não foram previstos no arcabouço teórico e metodológico da disciplina. São desafios que levam as questões sociais a um nível de complexidade ao qual a semiótica ainda não fez face, sem dúvida. Eles permitem que tiremos certas consequências teóricas e metodológicas que não são proporcionais ao que tradicionalmente chamamos de uma semiótica “aplicada”. Nesse caso, há pouco para aplicar aqui, e muito para ainda se inventar!

O foco exclusivo sobre objetos de estudo que se relacionam aos métodos já existentes, o que poderíamos chamar de padrão textualista, não é estranho a essa realidade. A invenção da textualidade foi um momento decisivo na constituição da semiótica como uma disciplina autônoma. Mas o foco exclusivo e permanente sobre este tipo de semiótica se torna um obstáculo epistemológico, metodológico e estratégico. A maioria das outras ciências humanas e sociais apontam hoje para reflexões sobre planos de imanência que apresentam um nível de complexidade que excede em muito o da textualidade: a antropologia, a história e a sociologia são ciências cujas análises se dão em níveis de organização e de fenômenos multidimensionais, o que lhes permite dar conta de questões que afetam populações inteiras. Ao limitar-se a seus objetos de predileção, os textos, as imagens e as mídias, a semiótica corre o risco de

nunca ser ouvida por outras ciências humanas e sociais, ou de permanecer restrita a atividades secundárias em meio a programas comuns de pesquisa.

A experiência semiótica, as práticas, os modos de vida e os modos de existência, entre outros,

Referências bibliográficas

Bertrand, Denis; Fontanille, Jacques (dir.)

2006. *La flèche brisée du temps*. Les régimes sémiotiques de la temporalité, Paris: PUF.

Darrault, Ivan; Fontanille, Jacques (dir.)

2008. *Les âges de la vie*. Sémiotique de la culture et du temps, Paris: PUF.

Descola, Philippe

2005. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard.

Fontanille, Jacques

portanto, cuja consistência teórica e metodológica está ainda por ser construída, nos oferecem a oportunidade de conhecer desafios de grande dimensão, até então inimagináveis. ●

2015. *Formes de vie*. Paris: PULIM.

Fontanille, Jacques

2008. *Pratiques Sémiotiques*. Paris: PUF.

Landowski, Éric

1997. *Présences de l'autre*. Paris: PUF.

Latour, Bruno

2012. *Enquête sur les modes d'existence*, Paris, Éditions de la Découverte,.

Lotman, Iuri

1999. *La sémiosphère*. Trad. Anka Ledenko, Limoges: Pulim.

Dados para indexação em língua estrangeira

Fontanille, Jacques.
Semiotics today: advances and perspectives.
Estudos Semióticos, vol. 12, n. 2 (2016)
issn 1980-4016

Abstract: The research, in general, no longer belongs exclusively to the domain of the professional researchers, since; it is currently one of the greatest functions of the globalized societies, taking part, consequently, in the ways of the identity construction that these societies propose. If the semiotics still wants to acknowledge itself as a discipline of scientific vocation, it cannot escape from this globalized movement. By proposing a body of concepts and methods to question the practices, the texts, the objects, the social interactions, the forms of life and the collective modes of existence and the collectivity, the semiotics has conditions to build these meanings, especially if it works in collaboration with other human and social sciences which contribute to raise, each one according to their own point of view, this architecture of human signification. In this paper, in view of this scenario, we seek to point out what are some of the challenges, the advances and the perspectives of the semiotics for the world today. Even if we do not exhaust the possibilities of a full project in the scope of semiotics, we believe that we have been able to choose some examples that stand out in the present concerns of our society and that are objects of a social demand and a more urgent politics. Therefore, we hope that our observation will be enough to raise awareness of other researchers for the social challenges of the 21st century, which, for us, should be one of the “vocations” of semiotics.

Keywords: semiotics; forms of life; science; society.

Como citar este artigo

Fontanille, Jacques. A semiótica hoje: avanços e perspectivas. *Estudos Semióticos*. [on-line]. Disponível em: (<http://www.revistas.usp.br/esse>). Editores responsáveis: Ivã Carlos Lopes e José América Bezerra Saraiva. Volume 12, Número 2, São Paulo, Dezembro de 2016, p. 1-9. Acesso em “dia/mês/ano”.

Data de recebimento: 10/02/2016
Data de aprovação: 25/03/2016
